

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.463 - MA (2019/0137492-8)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : RAIMUNDO DOS SANTOS MADEIRA**  
**ADVOGADO : CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA E OUTRO(S) - MA006274**  
**RECORRIDO : CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO - SC012049**

**DESPACHO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal, no qual se discute o termo inicial da prescrição da pretensão de reparação dos danos resultantes de instalação de usina hidrelétrica sobre terceiros.

Os autos foram redistribuídos para a Primeira Seção (e-STJ fls. 823/824).

No exame do tema, observo que a questão jurídica relativa à definição do termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação indenizatória por terceiros que se alegam prejudicados em decorrência da construção de Usina Hidrelétrica no Rio Manso/MT encontra-se afetada à sistemática dos recursos repetitivos pela Segunda Seção desta Corte, como demonstra a ementa abaixo:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA NO RIO MANSO. PERDAS E DANOS. DISCUSSÃO SOBRE O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL.

1. Delimitação da controvérsia: Definir o termo inicial do prazo prescricional para o ajuizamento de ação indenizatória por terceiros que se alegam prejudicados em decorrência da construção de Usina Hidrelétrica no Rio Manso; se é da data da construção da Usina ou da negativa de pagamento ao recorrente, diante da não inclusão de seu nome no acordo entabulado perante a Justiça Federal.

2. Recurso Especial afetado ao rito do art. 1.036 CPC/2015.

(ProAfR no REsp 1667189/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/06/2017, DJe 01/08/2017)

*In casu*, embora se trate da Usina Hidroelétrica localizada no Município de Estreito/MA, a tese jurídica ventilada no presente recurso é a mesma afetada pela Segunda Seção, razão porque devem os autos para lá retornar.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REPARATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a orientação desta Corte, segundo o qual, o curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo

# *Superior Tribunal de Justiça*

violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o princípio da actio nata. Precedentes. 2. No presente caso, o Tribunal de origem concluiu que o termo inicial da prescrição se deu no momento em que houve o represamento das águas, uma vez que, nesse momento, ocorreu o conhecimento inequívoco do dano pelo autor/apelante. Incidência da Súmula 83 do STJ. 3. Agravo não provido. (AgInt no REsp 1740239/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 28/08/2018)

Diante do exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos à Segunda Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator